

PLENÁRIO

Proposto adiamento da cisão da Eletronorte

O senador Jader Barbalho defendeu ontem, no plenário, o adiamento da cisão da Eletronorte até a realização de um plebiscito sobre o assunto. Vários senadores o apartearam demonstrando também preocupação com a venda da empresa.

PÁGINA 5

Governo deve dar resposta rápida a denúncias, dizem senadores

As denúncias contra o ministro Elcio Alvares, publicadas no fim de semana, foram debatidas ontem no plenário. O senador Antonio Carlos Magalhães solidarizou-se com Elcio e disse que cabe ao governo uma resposta "definitiva e rápida" sobre as acusações.

PÁGINA 8

Arminio Fraga é criticado por declaração contra Minas

O conselho dado pelo presidente do Banco Central, Arminio Fraga, para que empresários americanos não invistam em Minas Gerais, provocou reações de vários senadores. Para o senador Arlindo Porto, a declaração de Fraga é "impatriótica" e "atropela a Constituição".

PÁGINA 7



Os senadores discutem hoje modificação na legislação que disciplina operações de crédito no setor público, para tornar mais ágil a concessão de garantias por municípios, estados e pelo Distrito Federal

Senado vota projeto que facilita o aval a pequenas empresas

Apresentada pelo senador Osmar Dias, a proposta foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos e se destina a estimular agentes econômicos importantes para a geração de empregos

MINISTROS

Paulo Renato explica o orçamento para educação

PÁGINA 3

Comissão de Erradicação da Pobreza ouve Raul Jungmann

PÁGINA 3



JUIZ DE ALAGOAS DEPÕE SOBRE TRAFICANTE

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário ouviu hoje, às 17 horas, depoimento do juiz Daniel Souza Accioly, de Alagoas, que seria responsável pela transferência de Brasília para Maceió da traficante Maria Luiza Almirão, conhecida como Branca.

PÁGINA 4

O plenário vota hoje projeto que facilita a concessão de aval pelos governos estaduais e municipais a empréstimos concedidos a micro e pequenas empresas e a mini e pequenos produtores rurais. Segundo a proposta, de autoria do senador Osmar Dias, com substitutivo do senador Bello Parga, a garantia aos financiamentos fica de fora da disciplina imposta pela Resolução 78/98, que normatiza as operações de crédito do poder público. O projeto, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, destina-se a estimular agentes econômicos considerados importantes na geração de emprego nas faixas de baixa renda.

PÁGINA 3

ACM acha normal que governo busque novas receitas

Para ele, é natural que presidente busque compensar perdas com decisões do STF

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem entender a necessidade de o governo tomar medidas para recuperar as receitas perdidas com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais a cobrança de contribuição previdenciária aos inativos e pensionistas e a majoração das alíquotas dos servidores na ativa. Em entrevista ontem, Antonio Carlos destacou que não vê isso como um eventual aumento de impostos, mas sim como "substituição". E

propôs que, como medida "educativa", se eleve a carga tributária dos magistrados:

— Confesso que não conheço as medidas para poder opinar sobre elas, mas é claro que o presidente tem que tomar alguma providência sobre o assunto e acho que se alguém tem que pagar, devíamos, como uma primeira meta educativa, aumentar dos magistrados e

cortar alguns gastos com os palácios de Justiça que se espalham pelo país — afirmou.

Antonio Carlos acredita que, qualquer que seja a alternativa apontada pelo Executivo, ela não receberá apoio unânime no Congresso:

— Consenso sobre aumento de impostos é impossível — frisou.

O senador renovou suas restrições a propostas de aumento de impostos, mas ressaltou que, "se lhe cortam as receitas", o governo tem a obrigação de buscar novas fontes de recursos para cumprir seu orçamento:

— E isso não é aumento, mas substituição de imposto — disse.

O presidente do Senado elogiou o trabalho do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, que "percorreu o país mostrando a transparência dos dados sobre a situação da Previdência Social e a gravidade dos problemas enfrentados".



ACM: medida não é aumento, mas "substituição"

Senador não acredita que STF tenha tomado decisão por vingança

Antonio Carlos Magalhães discorda da tese de que o Supremo Tribunal Federal (STF) teria deliberado por motivações políticas ao tomar suas decisões na semana passada:

— A decisão não deve ter sido política. A colocação permite que pense que foi política, mas acredito que não tenha sido. Não creio que juízes notáveis, como tem o Supremo, sejam capazes de fazer vinda ou coisa parecida.

Perguntado se teria sido apenas uma coincidência, o senador respondeu que houve "falta de habilidade, mais do que coincidência":

— Entretanto, o fato da decisão ter sido tomada no mesmo momento em que não se deu o teto (*salarial para os três Poderes*) cria um problema grave de coincidência, e aqueles que já não queriam dar o teto ficam mais à vontade.

Para ele, "a sociedade vai pagar pela decisão do Supremo, isso ninguém tem dúvida", já que o governo precisará compensar a perda de receita.

A pretensão de instituir por emenda constitucional a cobrança derrubada pelo Supremo não será viável de imediato porque não existe modo de abreviar os prazos de tramitação regimentais a tempo da alteração vigorar no ano 2000.

Antonio Carlos explicou também que, quando falou de corte de gastos com os palácios da Justiça para compensar a perda de receita decorrente da decisão do STF, não se referiu apenas a um dos Poderes da República:

— O Judiciário deve dar o exemplo de diminuir seus gastos. E todos nós também, a Câmara e o Senado — concluiu.



TERÇA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 1999

AGENDA

Antonio Carlos Magalhães

Presidente

11h - Recebe Márcio Lacerda, presidente da Funai

15h - Participa da cerimônia de sanção da lei que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e de lançamento do Programa de Fortalecimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas. *Salão Nobre do Palácio do Planalto - 2º andar 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLS nº 518/99, altera os artigos 88 e 121 da Lei Complementar nº 75/93, que estabelece requisitos básicos para nomeação, pelo procurador-geral da República, dos procuradores-gerais do Trabalho e da Justiça Militar; *PR nº 66/99, altera a Resolução nº 78/98 do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 65/99, que altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às comissões parlamentares de inquérito; *Parecer nº 746/99, sobre a Mensagem nº 171/99, de iniciativa do presidente da República, submetendo à deliberação do Senado a escolha do nome de Fátima Nancy Andriighi, para compor o Superior Tribunal de Justiça; *Parecer nº 747/99, sobre a Mensagem nº 172/99, de iniciativa do presidente da República, submetendo à deliberação do Senado a escolha do nome de Domingos Franciulli Netto, para compor o Superior Tribunal de Justiça; *PDL nº 85/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Taubaté Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taubaté (SP); *PLC nº 25/93, dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho (desdobramento das férias em dois períodos); *PLC nº 9/95, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias; *PLC nº 71/93, acrescenta parágrafo ao art. 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (presença da representação sindical quando da fiscalização do cumprimento das normas de proteção ao trabalho); e redação final do *PLC nº 18/99, que altera a Lei nº 5.917/73, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir na Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres do Sistema Portuário Nacional os portos que especifica.

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista para Erradicar a Pobreza

Pauta: Exposição do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: *PRS nº 22/99, acrescenta artigo à Resolução do Senado Federal nº 78/98, para o fim de excepcionar as operações de crédito destinadas à modernização da administração tributária e gestão fiscal e altera a redação de seu artigo 46; *PRS nº 27/99, acrescenta artigo à Resolução do Senado Federal nº 78/98, para o fim de excepcionar as operações de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e aos seus agentes financeiros, destinadas à implantação de Projetos Multissetoriais Integrados (PMI); *Ofício "S" nº 35/98, encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Piauí, a respeito do contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de R\$ 250,6 milhões; *Requerimento nº 28/99, do senador Romero Jucá, solicitando diligências antes de a comissão deliberar sobre o ofício do Banco Central, pelo qual encaminha pleito do governo do estado de Roraima solicitando autorização para contratar operação de crédito junto à Corporation Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, equivalentes a R\$ 57,2 milhões a preços de 29/1/99, cujos recursos serão destinados às obras para distribuição de energia; *Ofício "S" 17/99, que encaminha ao Senado Federal Parecer Dedip/Diare - 99/117 contendo manifestação do Banco Central do Brasil acerca de pedido do estado de Roraima para contratar operação de crédito junto à Corporation Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões, equivalentes a R\$ 57,2 milhões, a preço de 29/1/99, cujos recursos serão destinados a obras de energia elétrica; *PLS nº 127/99, dispõe sobre a comunicação direta dos atos e fatos apurados no decorrer dos procedimentos de fiscalização e exame de contas que tipificam a atuação do Tribunal de Contas da União; *PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústrias; *PLS nº 173/99, acrescenta o inciso V ao artigo 94 da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre política agrícola; *PLS nº 477/99, dispõe sobre incentivos fiscais para desenvolvimento regional, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e *MSF nº 136/99, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Proteção da Saúde das Plantas e dos Animais, cuja execução compete à Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: *PLS nº 111/99, institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 218/99, denomina Senador João Calmon a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; *PLS nº 340/99, dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 512/99, denomina Rodovia Luiz Carlos Prestes o trecho que especifica da Rodovia BR-020; *PLS nº 339/99, denomina o trecho da BR-262, entre o Bairro Jardim América e o Trevo da Ceasa, no município de Cariacica (ES), como Mário Gurgel; *PLS nº 532/99, inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos de ensino fundamental; *PLS nº 427/99, altera a denominação do Aeroporto Internacional de Macapá; *PLS nº 41/99, dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional (RN), e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; *PLS nº 22/99, denomina Rodovia Governador Hélio Campos trecho da BR-174; *PLS nº 360/99, denomina Governador Edmundo Pinto trecho da Rodovia BR-364; *PLS nº 241/99, dispõe sobre a criação de selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional; e *PLS nº 387/99, modifica dispositivos da Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

17h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *PL nº 11, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187,5 milhões; *PL nº 12/99, abre ao Orçamento de Investimento, em favor da empresa Companhia Docas do Rio de Janeiro, crédito especial até o limite de R\$ 1,1 milhão; *Requerimento do deputado Sérgio Miranda, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de inspeção extraordinária para verificar o cumprimento dos mandamentos expressos nos artigos 74 e 75 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos das emendas constitucionais nºs 12/96 e 22/99, bem como o atendimento às determinações emanadas da Decisão nº 620/98, do Plenário do Tribunal, quanto à integral adequação no uso dos recursos da CPMF; PL nº 14/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, crédito suplementar no valor global de R\$ 4,2 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; *PL nº 16/99-CN, abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito suplementar no valor de R\$ 36,9 milhões, para reforço de dotações constantes do vigente orçamento; *PL nº 15/99-CN, abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito suplementar no valor global de R\$ 12,8 milhões, para reforço de dotações consignadas nos vigentes orçamentos; *Requerimentos do Deputado Giovanni Queiroz; e *PL nº 17/99-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R\$ 11 milhões, para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães, da Câmara dos Deputados*

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *Mensagem nº 159/99, submete à apreciação do Senado o nome de Paulo Tarso Flecha de Lima, para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto à Itália, exercer o cargo de embaixador junto à Albânia; *PDL nº 131/97, aprova o texto do Acordo de Parceria e de Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre os governos do Brasil e França; *PDL nº 136/99, aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, *quorum* e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembléia Anual de Governadores; e *PLC nº 7/99, institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

17h - CPI do Judiciário

Pauta: Convidado: Daniel Souza Accioly (caso TJ-MT). *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

18h - Subcomissão de Rádio e TV

Pauta: Audiência pública sobre o tema "Rede Pública de Televisão" Convidados: Jorge da Cunha Lima, presidente da TV Cultura de São Paulo e Mauro Garcia, presidente da TVE do Rio de Janeiro. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

18h - Reunião conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e de Serviços de Infra-Estrutura Pauta: Audiência pública sobre o processo de cisão da Eletronorte e da Chesf, e também informações acerca da política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, com a participação de Firmino Ferreira Sampaio Neto, presidente da Eletronorte; José Antônio Muniz Lopes, presidente da Eletronorte e Mauro Martinelli, secretário de Meio Ambiente da Fed. Nac. dos Urbanitários. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

18h30 - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que prestará esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária para 2000 e do Plano Plurianual para o período de 2000/2003. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

ESPECIAL

15h30 - Lançamento da exposição de painéis explicativos do PLS nº 269/99, de autoria do senador Carlos Bezerra, que estabelece normas para a destinação final de garrafas e outras embalagens plásticas. *Café dos Senadores*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)

2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho

Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aval a micros e pequenos vai a votação

Plenário aprecia hoje projeto que estimula os estados e municípios a concederem garantia em favor de mini e pequenos produtores e das micro e pequenas empresas

A garantia dada por estados, Distrito Federal e municípios, mediante fundo de aval, a empréstimos concedidos a mini e pequenos produtores rurais, e a micro e pequenas empresas, poderá ficar fora da disciplina imposta pela Resolução 78/98, que normatiza as operações de crédito do poder público. O plenário vota hoje projeto excluindo essa garantia das operações abrangidas pela resolução. De autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) mediante substitutivo do senador Bello Parga (PFL-MA).

A comissão entendeu que o aval para obtenção de financiamento é uma das formas de estímulo que os governos estaduais e municipais podem dar a mini e pequenos produtores rurais e a micro e pequenas empresas, agentes econômicos fundamentais na geração de emprego nas faixas de baixa renda. Também reconheceu que a concessão de aval a projetos de interesse local ou regional não caracteriza operação de crédito,

razão pela qual essa iniciativa deve ser excluída da Resolução 78.

Na mesma sessão, o plenário deve deliberar sobre projeto que permite mais de uma recondução dos procuradores-gerais nomeados para a Justiça do Trabalho e para a Justiça Militar. Autor da proposta, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) argumenta que a lei atual veda mais de uma recondução nesses cargos, apesar de a Constituição federal autorizar a recondução do procurador-geral da República, sem limitação do número de mandatos.

Tuma quer estender esse direito aos chefes do Ministério Público Militar e do Trabalho, sob a alegação de que o procurador-geral da República precisa contar com uma equipe de gestores coesa e garantir eficácia na afinidade dos seus integrantes. O projeto foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde teve parecer favorável do senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Ainda hoje, o plenário realizará o quinto e último dia de discussão da



Parga é autor do substitutivo que tira aval a pequenos empréstimos das normas da Resolução 78

proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), que dá às comissões parlamentares de inquérito o poder de quebra direta do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados, assim como o de buscar e apreender documentos necessários à investigação. A matéria foi aprovada por unanimidade na CCJ, com emenda do relator Amir Lando (PMDB-RO).

Ministro explica orçamento e Plano Plurianual para educação

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 18h30, para realizar uma audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. O ministro vai prestar esclarecimentos sobre a proposta orçamentária para o ano 2000 e o Plano Plurianual para o período de 2000/2003, o Avança, Brasil.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), aprecia requerimentos que convidam o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e o secretário



Gilberto Mestrinho é o presidente da Comissão Mista de Orçamento

da Receita Federal, Evardo Maciel, para também falarem sobre as receitas que financiam o projeto de lei orçamentária para 2000 e o Avança, Brasil.

A comissão analisa ainda a abertura de créditos especiais e suplementares aos poderes Executivo e Judiciário, a diversos ministérios e à Companhia Docas do Rio de Janeiro; requerimento que solicita ao

Tribunal de Contas da União inspeção extraordinária sobre o uso dos recursos da CPMF; o relatório sobre a construção do novo edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho.

CRE aprecia indicação de Paulo Tarso para chefiar embaixada

A indicação de Paulo Tarso Flecha de Lima para ocupar a embaixada do Brasil na Albânia, cumulativamente com o cargo que já exerce de embaixador na Itália, será apreciada hoje, às 17h30, em audiência secreta, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

A CRE também poderá votar o projeto de lei da Câmara que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e

cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A pauta da CRE ainda prevê a apreciação de dois projetos de decreto legislativo: o que aprova o texto do Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública, celebrado entre o governo brasileiro e o governo francês; e o que aprova as modificações no Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, tratando da revisão da alocação de capital, quorum e estrutura de votação.

Subcomissão faz debate sobre rede pública de TV

O presidente da TV Cultura de São Paulo, Jorge da Cunha Lima, e o presidente da TVE do Rio de Janeiro, Mauro Garcia, são os dois convidados da audiência pública "Rede Pública de Televisão", a ser realizada hoje a partir das 18h, pela Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação. Na sexta-feira, a partir das 9h, será realizada reunião da Subcomissão do Cinema Brasileiro para a audiência pública "Povo do Cinema", com a presença do diretor Nelson Pereira dos Santos e do produtor Roberto Farias.

Hoje, a partir das 11h30, a Comissão de Educação estará reunida para votar vários projetos em caráter terminativo — entre eles, o que dispõe sobre o tombamento do prédio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e a sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil. De autoria do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), o projeto tem parecer favorável do relator, senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Entre os projetos a serem examinados estão ainda o que cria um selo comemorativo da Semana Nacional da Criança Excepcional e o que trata dos estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo. Será votado também o projeto que cria o Dia Nacional do Imigrante Italiano, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), e o que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, proposto pela senadora Marina Silva (PT-AC).

Jungmann fala à comissão que discute causas da pobreza

A Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza reúne-se hoje, às 9h30, para exposição do ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann. Criada a partir de um requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), a comissão, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), tem como objetivo estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais.

Ela vem realizando audiências públicas para ouvir os vários setores da sociedade e apresentar soluções para o problema da pobreza.



A CAE também apreciará projeto de refinanciamento da dívida do Piauí

CAE analisa proposta de isenção de IPI para o DF

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, a partir das 10h, projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) prevendo a extensão ao Distrito Federal dos benefícios da lei que prevê isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para novos investimentos. O projeto, que tem caráter terminativo, recebeu parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB -PR).

A CAE também vai apreciar projeto com os termos do acordo de rolagem da dívida pública firmado entre o governo federal e o governo do estado do Piauí. O contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, que faz parte do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, tem o valor total de R\$ 250,6 milhões e recebeu parecer favorável do relator na comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Será apreciado ainda requerimen-

to, apresentado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que solicita diligências junto aos ministérios da Fazenda e da Agricultura, ao Banco Central, ao Banco do Brasil, à Eletrobrás, ao governo do estado de Roraima e à Companhia de Eletricidade de Roraima, antes de deliberar sobre autorização para que o governo daquele estado contrate operação de crédito junto à Corporación Andina de Fomento, no valor de US\$ 26 milhões.

A pauta da CAE incluirá o exame de autorização solicitada pela Presidência da República para a contratação de empréstimo externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 44 milhões.

O empréstimo destina-se ao financiamento parcial do Projeto de Proteção da Saúde das Plantas e dos Animais, cuja execução compete à Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura.

Próximos depoimentos devem ser decididos hoje

Os senadores da CPI do Sistema Financeiro devem se reunir hoje para decidir as datas dos próximos depoimentos, entre eles o de um diretor do Banco Bozano, Simonsen, convocado para explicar empréstimos de US\$ 41 milhões a uma pessoa física, Yssuyuki Nakamo, que "não eram normais" e apresentavam "garantias frágeis", conforme notícias da imprensa.

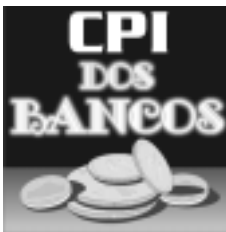
A convocação do presidente do banco foi proposta pelo senador Jader Barbalho (PA), presidente do PMDB e líder do partido no Senado. Ele quer também ouvir Yssuyuki Nakamo, que teria tomado em empréstimos mais de 30% de tudo que o Bozano, Simonsen poderia emprestar. A reunião da CPI foi solicitada pelo senador paraense.

Os senadores também devem decidir na reunião se convocam novamente para depoimento o ex-presidente do Banco Excel Ezequiel Nasser, apontado pela revista *IstoÉ Dinheiro* como o responsá-

vel por operações irregulares que "fizeram desaparecer US\$ 100 milhões" da instituição. O Excel foi o comprador do Banco Econômico, dentro do Proer, o que exigiu injeções financeiras próximas de R\$ 5 bilhões do Banco Central.

Ao depor à CPI, em agosto, Ezequiel Nasser afirmou ter deixado o Excel "tinindo" e, mesmo assim, vendeu a instituição ao Banco Bilbao Viscaya "por apenas um real". Conforme a revista, o Banco Central descobriu operações financeiras simuladas envolvendo também a agência do Banco Excel-Econômico nas Bahamas, conhecido paraíso fiscal.

Os trabalhos da CPI foram prorrogados por mais 56 dias, a pedido do senador Jader Barbalho, exatamente para investigar o caso Excel. A presidência da comissão de inquérito já pediu ao Banco Central e ao Ministério Público da Bahia cópias de auditoria realizada no Excel-Econômico, no período 97/98.



Eduardo destaca apoio para pequenos negócios

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) destacou a importância do programa de estímulo às micro, pequenas e médias empresas que será lançado hoje pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O programa prevê a liberação de R\$ 7 bilhões em financiamentos com taxas de juros mais baixas que as praticadas atualmente pelas instituições financeiras. "Como os demais segmentos da economia, essas empresas vêm enfrentando dificuldades, particularmente em virtude das altas taxas de juros", disse.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que, além do financiamento facilitado,



Eduardo: financiamento e assessoria para criação de novas empresas

serão colocados à disposição dos interessados assessoramento técnico e um plano de negócios para montagem das empresas. Na opinião do senador, a vantagem maior desse programa é eliminar os entraves burocráticos que hoje dificultam o êxito das micro e pequenas empresas:

— Um dos objetivos fundamentais do governo federal com esse programa, que será dirigido pelo Ministério do Desenvolvimento, é contribuir para o sucesso dos empreendimentos consubstanciados por intermédio das micro, pequenas e médias empresas, dinamizando as atividades econômicas com maior oferta de postos de trabalho — afirmou.

Juiz alagoano que transferiu traficante fala hoje à CPI

Depoimento está marcado para as 17h. Amanhã senadores ouvem testemunhas sobre denúncia contra magistrado

O juiz de Alagoas Daniel Souza Accioly, que seria responsável pela transferência de Brasília para Maceió da traficante Maria Luiza Almirão dos Santos, conhecida como Branca, deporá hoje, às 17h, na Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades cometidas no Poder Judiciário. A CPI está mantendo em sigilo outras informações sobre o caso, que terá sua primeira audiência.

Amanhã, no mesmo horário, a CPI retoma os depoimentos sobre as denúncias feitas pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, posteriormente assassinado, contra o Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Serão ouvidos o advogado Marco Aurélio Rodrigues Ferreira e o empresário Josino Guimarães, sobre a



Paulo Souto, Carlos Wilson e Ramez Tebet: início de nova investigação

venda de sentenças por membros do tribunal.

Na semana passada, o advogado Elarmin Miranda disse aos senadores da CPI que Josino Guimarães foi intermediário entre um desembargador de Mato Grosso e o advogado Marco Au-

rílio Ferreira na negociação para que fosse mantida uma liminar referente a uma ação de terras. A decisão judicial teria custado R\$ 70 mil. Elarmin adiantou que a Polícia Federal dispõe dos comprovantes do depósito efetuado para o pagamento da sentença.

ACM e Sarney convidados para a sanção do Estatuto da Microempresa

O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionará hoje, em solenidade marcada para as 15h, a lei aprovada pelo Congresso que cria o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP). O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, e o senador José Sarney foram convidados para a solenidade, no Palácio do Planalto.

O estatuto, cuja última votação no Senado se deu no dia 14 do mês passado, normatiza princípios constitucionais e dá às micro e pequenas empresas tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido. Com isso, cerca de quatro milhões desses empreendi-

mentos, responsáveis por 60% da oferta de empregos no Brasil, poderão ter tratamento diferenciado no pagamento de impostos (inclusive de renda), contribuições e taxas públicas.

A lei aprovada considera microempresa as firmas individuais ou pessoas jurídicas com faturamento anual de até R\$ 244 mil. Já para enquadramento como pequena empresa, o faturamento não poderá ultrapassar R\$ 1,2 milhão. O estatuto ainda simplifica os procedimentos burocráticos para o registro desses estabelecimentos, assim como as exigências para seu enquadramento no regime de declaração de tributos denominado Simples.



José Sarney é o autor da lei que será sancionada hoje pelo presidente Fernando Henrique

Lando reclama do desemprego e critica falta de incentivo

O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o desemprego "é o grande fantasma que assombra a população brasileira" e que incentivos às pequenas empresas ajudariam a amenizar essa situação. Ele citou e subscreveu uma carta encaminhada por um microempresário ao presidente da República, que aponta a importância dos 4,5 milhões de pequenas empresas na economia nacional, responsáveis por 60% da oferta de empregos no país.

De acordo com esses dados, encaminhados ao Planalto e aos ministérios pelo microempresário de Rondônia José Carlos de Moura Lopes, as pequenas empresas empregam 42% do

pessoal ocupado na indústria, 80,2% dos empregados do comércio e 63,5% dos ocupados no setor de serviços.

As pequenas empresas representam 48% da produção nacional e 21% do PIB, o equivalente a R\$ 189 bilhões. Amir Lando supõe que a correspondência do microempresário não chegou ao presidente, e que deve "estar dormitando em alguma prateleira do segundo escalão".

O microempresário, que fabrica móveis em Porto Velho, conta o senador, elaborou um projeto de expansão de sua indústria, investindo recursos com a expectativa de exportar seus produtos. Ele chegou a receber pro-



Lando: pequenas empresas representam 48% da produção nacional e 21% do PIB

postas de compra dos móveis, segundo o senador, mas se deparou com o empréstimo solicitado ao Banco do

Brasil. O banco fazia tantas exigências em contrapartida para o empréstimo, alegou Amir Lando, que o empresário perdeu o negócio, no qual venderia US\$ 32 mil em móveis para o exterior:

— Triste ironia. Nos mesmos dias em que o sr. José Carlos tentava persuadir o gerente do Banco do Brasil no sentido de que, se ele tivesse todas as garantias exigidas pelo banco, não necessitaria do empréstimo, os maiores jornais do país estampavam manchetes de primeira página sobre os milhões disponibilizados para grandes multinacionais, a título de incentivos locais. Isso sem contar com ou-

tros bilhões gastos para sanear bancos falidos, portanto, sem mais qualquer garantia de retorno — disse o senador.

Para Amir Lando, o pequeno empréstimo pretendido pelo empresário poderia gerar algo como cinco novas ocupações. "Imaginem os mesmos recursos dedicados às grandes empresas e ao saneamento dos bancos sendo carreados para as pequenas e microempresas!", observou o senador.

Lando classificou de "propaganda enganosa" do governo o propalado incentivo às exportações e o sistema de adiantamento em cima da carta de crédito, do Banco do Brasil.

Jader propõe adiamento da cisão da Eletronorte

Líder do PMDB teme que a divisão da empresa signifique a privatização da parte rentável e a manutenção pelo estado de setores não lucrativos

Sob os argumentos de que a garantia do suprimento de energia elétrica, "além de constituir questão de segurança nacional, é também de segurança pública e econômica", e de que a sociedade como um todo deve se manifestar sobre a privatização de estatais, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) defendeu



Jader Barbalho

ontem o adiamento da assembleia que decidirá a cisão da Eletronorte, marcada para o final de outubro.

Para garantir o acesso da população ao debate, o senador anunciou ter apresentado emenda a projeto de decreto legislativo de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que estabelece a realização de plebiscito antes da privatização da Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf). Com a

emenda, Jader Barbalho estende a consulta popular aos estados em que a Eletronorte mantém suas atividades.

Na opinião do senador, o "retalhamento" da Eletronorte está programado dentro da estratégia de privatização da estatal, que "certamente significará a privatização somente da parte

rentável — a usina hidrelétrica de Tucuruí —, ficando para o estado as empresas não lucrativas resultantes da cisão".

— Depois de idas e vindas, a decisão governamental é de dividir a empresa em seis, sendo quatro sistemas isolados e verticalizados — um para Rondônia e Acre, um para Roraima, um para o Amapá e um para o Amazonas —, uma empresa de transmissão, formada pelo atual sistema de transmissão da Ama-

zônia oriental, isto é, do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, e uma empresa de geração, correspondente ao sistema de Tucuruí — informou.

O senador lembrou os prejuízos imediatos sofridos por empresas e usuários com as privatizações na área de telecomunicações e energia elétrica — "apagões", congestionamento telefônico, agências reguladoras com funcionamento precário — e concluiu que a privatização da Eletronorte corresponde a negar energia e, portanto, cidadania, a dezenas de comunidades amazônicas.

Além disso, enfatizou, "a presença na Amazônia de empresas estrangeiras em um setor tão sensível como o energético pode representar uma cabeça-de-ponte para a internacionalização desse território, objetivo declarado de diversas autoridades governamentais das grandes potências mundiais, como o vice-presidente americano Al Gore".

Senadores demonstram preocupação com decisão

Todos os senadores que apartaram o pronunciamento do líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), também se manifestaram contra a privatização da Eletronorte. Mesmo discordando das razões elencadas pelo peemedebista, o líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que "dividir a Eletronorte me causa profunda preocupação", pois a empresa não é uma simples estatal de energia elétrica, "é uma agência de desenvolvimento regional". Arruda disse já ter conversado com o presidente da República sobre o assunto e que voltará a fazê-lo, dado que ele também, como engenheiro eletricista, considera que o encaminhamento dado à Eletronorte "é um equívoco".

O senador Edison Lobão (PFL-MA), que disse estar entre "os que acreditavam na necessidade de privatizar estatais", registrou que devia "admitir que os resultados não têm sido satisfatórios" e, quanto à Eletronorte, manifestou-se "completamente de acordo" com os pleitos feitos por Jader Barbalho. Ramez Tebet (PMDB-MS), por sua vez, enfatizou que "já basta de privatizações", mesmo por-

que as já feitas não demonstraram ser este o melhor caminho na busca de mais eficiência. "Os serviços pioraram, o patrimônio diminuiu", alegou, além de as privatizações "estarem mexendo com nosso sentimento de brasilidade".

Favorável ao processo de desestatização, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que "é tempo de fazer um balanço", dado que uma coisa é privatizar uma usina siderúrgica, outra, vender Tucuruí. Assegurando que a preocupação de Jader é a de todos os amazonenses também, Jefferson considerou que Tucuruí é uma usina hidrelétrica

de uso múltiplo e não apenas de energia elétrica. Romero Jucá (PSDB-RR) concordou que a cisão da Eletronorte separará a parte rentável da parte social da empresa.

Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que a privatização de Tucuruí "é um grande risco para a Amazônia". Emilia Fernandes (PDT-RS) sugeriu que Jader Barbalho proponha um plebiscito nacional sobre a privatização da Eletronorte, e não apenas nos estados em que a empresa atua. "A questão da Amazônia é do Brasil e do mundo", argumentou.

Tema será discutido em audiência por duas comissões

Em audiência pública promovida hoje pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, o presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, presta esclarecimentos sobre o processo de cisão da Eletronorte e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Também participam da audiência, que começa às 18h, o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o secretário de Meio Ambiente da Federação Nacional dos Urbanitários, Mauro Martinelli. A política governamental na área de energia elétrica, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, também será discutida durante o evento.

Antero debate na TV Senado acesso à universidade

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Rodolfo Pinto da Luz, debatem hoje às 9 horas, na TV Senado, projeto do senador que pretende modificar o atual sistema de acesso ao ensino superior. De acordo com o projeto, as universidades públicas serão obrigadas a reservar metade de suas vagas para os alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas.



Simon explica proposta de revisão de declarações de IR

O plenário do Senado aprovou em setembro projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que estabelece a revisão obrigatória nas declarações de renda de ocupantes de cargos eletivos, dirigentes partidários e de servidores que ocupam cargos de confiança. Simon fala hoje sobre o assunto na TV Senado, às 8h30. Segundo o projeto, a declaração deverá ser comparada com as declarações de dois anos anteriores à posse e ainda com as de dois anos depois da saída do cargo.

Luiz Estevão critica corte de verbas para o Distrito Federal

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) manifestou ontem preocupação com os cortes no orçamento do Distrito Federal propostos pelo governo federal para o próximo ano. Conforme Luiz Estevão, a União, "por dever e obrigação constitucional", deve garantir o custeio e manutenção de serviços essenciais ao dia-a-dia do DF. "Não se trata de favor ou de favorecimento.



Luiz Estevão recordou obrigação constitucional da União

Trata-se apenas de compensar o Distrito Federal pelas isenções garantidas à União", destacou.

O senador citou o artigo 21, inciso XIV, da Constituição, segundo o qual é obrigação da União o custeio e a manutenção de determinados serviços essenciais ao dia-a-dia da capital do país.

Luiz Estevão considera absurdo o fato de que diversas áreas, como educação, saúde e segurança, possam ter seus recursos diminuídos, caso a bancada não se mobilize para impedir os cortes. O senador indignou-se sobretudo porque vários dos itens para os quais está prevista redução de verbas referem-se a benefícios para os servidores, incluindo pa-

gamento de salários, pensões, assistência médica e auxílio-alimentação.

Conforme o senador, a proposta orçamentária do governo federal para 2000 prevê cortes na folha de pagamento de diversos órgãos, sendo de aproximadamente R\$ 12 milhões na Fundação Educacional; R\$ 10 milhões na Fundação Hospitalar; R\$ 11 milhões na Polícia Militar; R\$ 12 milhões na Polícia Civil; e R\$ 6 milhões no Corpo de Bombeiros. O pagamento dos inativos também deverá sofrer redução de verbas: cerca de R\$ 13 milhões.

— Gostaria que os técnicos do Departamento de Orçamento do Tesouro Nacional me explicassem e ao povo do Distrito Federal como o DF pode promover uma redução de quase R\$ 70 milhões em suas folhas de pagamento a partir do ano 2000, para se adequar a essa redução das verbas — afirmou.

Luiz Estevão alertou também para o fato de não terem sido previstos recursos para o término da implantação do metrô de superfície em Brasília no próximo ano.

Geraldo Melo defende tarifa social para energia elétrica

Uma proposta para combater a pobreza. Assim o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) classificou o projeto de lei de sua autoria que determina que famílias de baixa renda paguem uma tarifa social, de R\$ 2, pela energia elétrica consumida. Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) na semana passada, o projeto pode ser



Geraldo Melo pretende proteger consumidores

o primeiro de uma série de propostas para combater as desigualdades sociais no Brasil. Melo já anunciou que apresentará em breve projeto similar para diminuir o valor da conta de água dos mais pobres.

— Vai se iniciar o processo de privatização das empresas que fornecem água e saneamento e tenho certeza de que o que ocorreu com a energia vai se repetir. Deve-se garantir que quem paga a tarifa mínima pela água continue pagando a tarifa mínima — afirmou, otimista de que o projeto, que tem o senador José Agripino (PFL-RN) como co-autor, será bem recebido na Câmara dos Deputados.

Segundo Geraldo Melo, o projeto tornou-se necessário porque, apesar de a lei que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prever que haja uma tarifa social para consumidores pobres, na prática as distribuidoras dificultam a aplicação desse dispositivo. O senador narrou o caso do Piauí, onde

a fiscalização detectou que, pelos critérios exigidos, "não existiria ninguém pobre naquele estado".

— Os beneficiários são reduzidos ao mínimo possível, porque a distribuidora deseja o máximo de faturamento, portanto, quanto menos gente pagar pouco, melhor. A tarifa social como um direito da população de baixa renda, na realidade, não

existe — constatou.

Desse modo, Melo observou que, após a privatização, consumidores que pagavam uma taxa mínima de R\$ 1,50 começaram a receber contas de até R\$ 40,00 e acabaram tendo a energia cortada.

— Do ponto de vista do poder público isso é uma coisa grave, visto que a privatização significa a entrega a empresários de um serviço público que deve continuar a ser prestado, levando em consideração a realidade social — ponderou.

Melo acredita que não há o risco de que o projeto vá onerar os consumidores de classe média. Antes das privatizações, explicou, havia uma tarifa social, paga pelo consumidor regular, que era acrescida "para compensar o subsídio dado pela parte da sociedade que pode pagar à parte que não pode pagar". Porém, o senador observou que depois da privatização a conta dos mais pobres subiu, mas a conta dos mais ricos não baixou.

Jefferson critica proposta de redução de penas

Representante do Amazonas condena sugestão do ministro da Justiça, que pretende abrandar as penalidades previstas para vários crimes considerados hediondos. Diversos senadores também se dizem contrários



Mozarildo: implementação do estado gerou ocupação harmônica da região amazônica

Estado de Roraima faz onze anos

Roraima completa hoje 11 anos como estado da Federação, informou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Criado com a promulgação da Constituição de 1988, o estado foi território federal desde 1943, quando o então presidente Getúlio Vargas desmembrou um município do estado do Amazonas para formá-lo.

De acordo com o senador, depois de definitivamente implantado em 1991 com a posse do primeiro governador eleito, Roraima "passou a experimentar um desenvolvimento acentuado com a implantação da universidade, o funcionamento da escola técnica federal, o asfaltamento da BR-174 e a resolução do problema de energia por meio da linha de transmissão vinda da Venezuela".

Mozarildo Cavalcanti salientou que, à semelhança do que aconteceu com os também recentes estados do Amapá e Rondônia, a implantação do estado de Roraima representou uma ocupação harmônica e planejada de parte das fronteiras amazônicas.

As regiões de fronteira ainda desguarnecidas, na opinião do senador, justificam uma rediscussão da importância de redividir o território nacional: "O Amazonas, com mais de 1,6 milhão de quilômetros quadrados, é, sozinho, maior do que a área correspondente aos sete estados do Sul e do Sudeste", comparou. Se não for o caso de criar novos estados, sugeriu, que as autoridades executivas e legislativas pensem, pelo menos, na importância de criar novos territórios.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) criticou duramente ontem a proposta do ministro da Justiça, José Carlos Dias, de abrandar as penas para os crimes hediondos. Considerando difícil entender a posição do ministro, o senador observou que José Carlos Dias defende penas alternativas – prestação de serviços comunitários e multas em dinheiro – para crimes como roubo (assalto com arma), receptação de carga roubada, não-pagamento de impostos, furtos (assaltos sem arma), homicídio culposo (sem intenção de matar) e agressão física, dentre outros.

Também deixariam de ser considerados hediondos, de acordo com a proposta do ministro, passando a ser tratados como crimes comuns, o es-



Jefferson teme multiplicação de assaltos se criminoso souber que não vai para a prisão

tupro, seqüestro, homicídio qualificado e latrocínio. Isso permitiria aos seus autores beneficiarem-se de regime semi-aberto e de redução da pena

Para ACM, sugestão é "afrenta à sociedade"

As propostas do ministro da Justiça, José Carlos Dias, de desqualificar os crimes hediondos e estabelecer penas alternativas para os delitos de colarinho branco foram consideradas "uma afronta à sociedade" pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que se manifestou ontem em aparte ao senador Jefferson Péres. Antonio Carlos informou que o ministro lhe telefonou há mais de oito dias dizendo que queria lhe explicar melhor suas idéias, mas não o fez até agora.

Ressalvando ter informações de que o ministro considera que suas idéias estão sendo mal interpretadas, o senador Jader Barbalho observou que o crescimento da violência deve ser um tema de preocupação diária para os homens públicos. "Não se pode dar um tratamento de benevolência, um tratamento leve, a quem pratica crimes hediondos contra a vida e contra o patrimônio, seja pessoal ou público." Jader manifestou-se a favor da reformulação do sistema penitenciário para que se possa recuperar os criminosos.

por bom comportamento:

– Assalto à mão armada, desde que não haja morte, deixar de ser punido com prisão? Imaginem quando os criminosos em potencial souberem que podem me abordar na rua, me colocar uma pistola na cabeça, me levar o dinheiro e o talão de cheques, com a certeza de que a lei não os recolherá à cadeia, que eles serão punidos com a prestação de serviços à sociedade? Já imaginaram a multiplicação dos assaltos à mão armada nesse país já tão violento? – questionou Jefferson.

O senador enfatizou que o ministro da Justiça demonstra "sensibilidade de hipopótamo" ao não perceber que suas idéias são rejeitadas pela sociedade. Jefferson também conde-

nou a tentativa de reduzir a pena para a receptação de carga roubada, lembrando que muitas vezes é o próprio receptor quem encomenda o roubo e provoca a morte do condutor do veículo. Quanto aos crimes de colarinho branco, o senador advertiu que a prisão pode ser a única maneira de puni-los, já que os criminosos enviam todo seu patrimônio para os paraísos fiscais ou o colocam em nome de "laranjas".

As críticas de Jefferson às idéias do ministro repercutiram no plenário (veja matéria abaixo), em discursos do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e dos senadores Jader Barbalho (PA) – líder do PMDB – , Ramez Tebet (PMDB-MS) e Agnelo Alves (PMDB-RN).

O senador Ramez Tebet disse acreditar que o ministro da Justiça está na contramão dos interesses da sociedade. "Outro dia alguém me perguntou: 'Mas, senador, se seqüestro, se tortura, não forem crimes hediondos, que adjetivo nós vamos dar para estes crimes?' Porque parece que não vai haver penas, não vai haver cadeia para quem tem dinheiro. Se os crimes contra o sistema financeiro e os de colarinho branco não forem punidos com prisão, então estamos dizendo que rico não vai mesmo para a cadeia. Só pobre é quem vai para a

cadeia?", questionou o senador.

Já Agnelo Alves lembrou que acaba de apresentar projeto no sentido de que a formação de quadrilha ou de bando também passe a ser considerada crime hediondo. Segundo o senador, o ministro disse que esses delitos eram os únicos que não constavam da lei dos crimes hediondos e que, por esse motivo, a lei deveria ser revogada. Agnelo Alves destacou o crescimento da violência no país, observando que "o ministro deveria propor soluções e não atemorizar a sociedade".



Emilia: eleições municipais de 2000 vão ser decisivas para a política em nível federal

Emilia homenageia as vereadoras do país

Ao prever que as eleições municipais do próximo ano vão nortear as grandes mudanças que ocorrerão em 2002 na política federal, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) registrou ontem o Dia do Vereador, comemorado na sexta-feira. Para Emilia, o Brasil vive um momento de grande tensão social que explode no dia-a-dia das cidades e, por isso, é preciso estabelecer com urgência um pacto de fortalecimento dos municípios.

Lembrando que a data foi criada

por meio da Lei 7.212, de 1984, assinando ato político do imperador d. Pedro I que no mesmo dia, em 1828, concedeu autonomia às câmaras municipais do país, a senadora disse que passaram 178 anos a instituição afirmou-se como um dos pilares da democracia nacional.

Emilia destacou que a homenagem era dirigida especialmente às vereadoras do país, um total de 6.536 parlamentares eleitas em 96, de acordo com dados do Instituto de Administração

Municipal. Ela frisou que esse número expressa um crescimento de 111,86% em relação à quantidade de vereadoras na legislatura anterior, que era de 3.085, devido à aplicação da cota mínima de 20% implementada pela bancada feminina no Congresso Nacional.

"Às vésperas de uma nova eleição municipal, é fundamental aprofundar essa experiência positiva", disse a senadora, que informou que a cota prevê agora 30% das vagas para mulheres.

Bessa exalta o papel dos municípios

O senador Djalma Bessa (PFL-BA), ao registrar a passagem do Dia Nacional do Vereador, comemorado em 1º de outubro, disse devotar profundo respeito aos vereadores, "pois é nos municípios que se encontram os pilares da democracia e os fundamentos de um Estado socialmente justo".

Djalma Bessa saudou os quase 100 mil vereadores espalhados pelos 5.508 municípios brasileiros, afirmando que é na eleição de vereador, "a mais democrática de que se tem notícias no país, que o eleitor tem a oportunidade de exercer a cidadania, porque,

além de conhecer de perto o candidato que está escolhendo, convive com ele no dia-a-dia, e sabe do seu caráter, dos seus gostos e das suas intenções".

Para o senador, os vereadores são políticos que personificam a estrutura básica do Estado democrático no campo legislativo, encarnando, em termos de representatividade, "a expressão mais sensível e autêntica da vontade do cidadão". Para ele, o vereador é o mais apto e capaz de conhecer as necessidades do povo, seus anseios e aspirações prementes, porque as vive e sente junto à comuni-

dade.

– Minha homenagem neste dia se dirige a todos os vereadores deste nosso imenso Brasil, desde aqueles da minha pequena e querida Xique-Xique, às margens da Barragem de Sobradinho, no interior baiano, até aqueles da desenvolvida e cosmopolita São Paulo, passando por todos os vereadores brasileiros, independentemente do seu grau de instrução, da sua cor, da sua raça, da sua religião e do seu poder aquisitivo. Vocês são importantes para o crescimento do nosso país e a sua consolidação como nação, vocês são indis-



Bessa disse que vereadores são os que melhor conhecem os problemas da população

pensáveis ao bem-estar do nosso povo – concluiu Djalma Bessa.

Hartung anuncia filiação ao PPS

Após deixar o PSDB alegando "incontornáveis problemas de convivência" com algumas das principais lideranças do partido no Espírito Santo, entre elas o governador José Ignácio, o senador Paulo Hartung (ES) anunciou ontem que se filiou ao Partido Progressista Socialista (PPS). "Essa opção é uma decisão afetiva, que tem a ver com a minha história política e familiar. Meu pai, Paulo, que faleceu no ano pas-



"Governo distanciou-se da sociedade", diz o senador Paulo Hartung

sado, foi um militante do antigo Partidão. E foi também no seio desse partido que iniciei minha luta política em defesa de dias melhores para a nossa gente", explicou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que torceu para que Hartung optasse pelo PMDB. Para ele, Hartung não tem perfil neoliberal e tem que estar junto dos que defendem o fim das desigualdades sociais. O senador Roberto Freire (PPS-PE) deu as boas-vindas e disse que, apesar da saída de Hartung do antigo PCB, nunca estiveram realmente separados. Mesmo militando em outros partidos, Freire lembrou que mantiveram alianças permanentes que permiti-

ram esse "reencontro".

Após agradecer a solidariedade recebida de políticos de vários partidos, Hartung criticou a política econômica. "O governo distanciou-se da sociedade e dos seus reclamos. Perdeu a energia transformadora na medida em que o impacto social da política de estabilização se esgotou. A inércia tomou conta dos três Poderes da República", afirmou.

O senador disse que o PPS pretende buscar essa energia transformadora na rua, para construir uma alternativa para a retomada do crescimento e o combate às desigualdades sociais a partir da mobilização da sociedade. Ele defendeu a criação de um amplo bloco de centro-esquerda para reduzir os riscos de instabilidade, controlar o fluxo de capitais, universalizar o respeito aos direitos humanos, resolver democraticamente os conflitos sociais e proteger a população mais carente.

José Jorge cobra solução definitiva contra a seca

O que se gasta por ano em soluções definitivas para a seca é muito menos do que se despende em ações de emergência, disse o senador José Jorge (PFL-PE) ao propor um amplo programa de perfuração de poços profundos de grande vazão nas áreas de rochas sedimentares de Pernambuco, ressaltando que o problema de abastecimento de água, no entanto, comporta um conjunto de soluções técnicas.

Segundo o senador, pesquisa da Superintendência Regional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) revela que o subsolo de Pernambuco guarda somente na Zona do Sertão 22 bilhões de metros cúbicos de água, acumulados no subsolo de sete bacias sedimentares, dos quais podem



José Jorge defende a perfuração de poços profundos

ser retirados 75,5 milhões de metros cúbicos por ano.

José Jorge ressaltou que essa quantidade de água, com a instalação de 611 poços tubulares profundos, é suficiente para abastecer 45,1% da população total dos sertões pernambucanos com metade dos recursos utilizados nas ações de emergência do estado, ou seja, R\$ 91,6 milhões. Ele esclareceu

que, no período de junho de 98 a maio de 99, foram gastos R\$ 183,1 milhões somente em ações de emergência.

Em aparte, Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o governo trata essa matéria com descaso político e falta de seriedade e exemplificou com o caso da Califórnia, que era um deserto e foi recuperado, tornando-se uma das regiões mais ricas dos Estados Unidos.

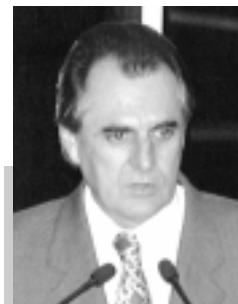
Porto condena declarações feitas pelo presidente do BC

Em discurso apoiado por vários senadores, Arlindo Porto protesta contra conselho para que empresários não invistam em Minas Gerais

O conselho dado a empresários americanos pelo presidente do Banco Central (BC), Armínio Fraga, para que não invistam em Minas Gerais, foi condenado ontem pelo senador Arlindo Porto (PTB-MG). Para ele, a afirmação de Fraga não poderia ter sido mais infeliz, preconceituosa, antidemocrática e impatriótica. "A questão é saber se o governo federal endossa a sua postura. Aliás, como detentor de dupla nacionalidade, brasileira e estadunidense, fica a dúvida a respeito do sentido que o senhor Armínio Fraga dá ao conceito de patriotismo, de nacionalidade", assinalou o senador.

Arlindo Porto lembrou que a declaração de Fraga "atropela" a Constituição brasileira, que, em seu artigo 192, determina que o sistema financeiro é estruturado "de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade". Segundo o senador, o presidente do BC está pregando um tratamento discricionário e está ofendendo o Poder Judiciário e o equilíbrio entre os três poderes ao se rebelar contra a decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais de suspender o acordo de acionistas da Cemig e um grupo de investidores estrangeiros.

O senador disse ainda que as declarações de Fraga também "atropelam" os entendimentos que se realizam entre as equipes econômicas do governo de Minas Gerais e do governo federal em torno das dívidas do estado. "Justamente quando os acertos vão adiantados, o representante do governo federal joga contra a conciliação entre o



Porto quer saber se o governo endossa as palavras de Fraga

governo federal e um estado da Federação que tem a mostrar produção econômica, população, território, sua história e sua tradição", afirmou Arlindo Porto.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) solidarizou-se com Minas Gerais e disse que é dever de todos manter uma federação equilibrada, sem discriminar nenhum estado. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) observou que Armínio Fraga é um técnico competente, mas foi de uma grande infelicidade ao tratar do tema. "É preciso cuidado na maneira como se tratam, lá fora, os assuntos internos", ressaltou Jader. A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que nada é

melhor do que lembrar que o pacto federativo deve ser cumprido e que, naquele momento, Fraga deve ter esquecido quais interesses deve defender. O senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) afirmou que ninguém tem o direito de fazer restrições a Minas Gerais.

Arlindo Porto leu nota de repúdio divulgada pelo governador Itamar Franco, na qual ele explica que "o assunto está sendo encaminhado à Procuradoria Geral do estado para adoção das medidas processuais pertinentes, inclusive com a finalidade de obter o ressarcimento devido por danos morais". Porto também registrou a moção de repúdio expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e aprovada por unanimidade pelos membros do conselho que representa a classe em todo o país, bem como o protesto do presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a nota oficial da Federação das Indústrias de Minas Gerais condenando a discriminação de um funcionário público a um estado da Federação.

Para Simon, caso exige repreensão de FHC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também criticou as declarações feitas nos Estados Unidos pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao tratar do problema das dívidas do estado de Minas Gerais.

Para Simon, Armínio Fraga deve desculpas à nação e o presidente deve desautorizar suas afirmações. "A impressão que se



Na opinião de Simon, Fraga foi "infeliz e irresponsável"

tem é que o senhor Armínio Fraga falou com consentimento do presidente da República", disse o senador gaúcho.

Pedro Simon disse que Armínio Fraga vinha se saindo bem até aqui no cargo de presidente do BC, mas considerou um absurdo ele recomendar no exterior que não se faça investimento em um estado brasileiro.

— Em nome de quem ele estava falando, quem lhe deu autorização para fazer essa declaração infeliz e irresponsável? — perguntou.

O senador ressaltou que o governador Itamar Franco vem ganhando na Justiça a maioria das causas que defende e que esse debate faz parte de uma discussão interna do país. Ele lamentou que até agora Fraga não tenha recebido nenhuma repreensão do presidente da República e disse que, em sua opinião, isto deveria ser feito oficialmente.

Fraga age como consultor privado, diz Freire

Os conselhos dados pelo presidente do Banco Central, Armínio Fraga, a investidores internacionais também foram tema de pronunciamento feito ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE), que considerou "uma agressão ao Brasil" a atitude do presidente do BC.

Em encontro com investidores nos Estados Unidos, Armínio Fraga chegou a dizer que "Minas não é o Brasil", ao tentar convencê-los a manterem seu dinhei-



Para Roberto Freire, houve "uma agressão ao Brasil"

ro aplicado no país.

Segundo Roberto Freire, como servidor público, Armínio Fraga jamais poderia ter agido dessa forma. Para o senador, ele se comportou como "consultor de interesses privados".

— O governo federal tem que se pronunciar sobre a atitude do presidente do Banco Central. Ele não agrediu só Minas Gerais. E mostrou que está agindo como se pertencesse ainda à equipe do especulador George Soros — afirmou Freire.

Conforme o senador, nunca antes ficou tão evidente que o BC não é um banco público. Fraga trouxe para a instituição a concepção de que o BC é uma extensão de suas atividades pessoais, na opinião de Freire. E passou a dizer aos investidores onde estão as melhores oportunidades de aplicação e onde se pode lucrar mais.

— Ele tinha que defender os interesses nacionais — observou Freire.

O senador também defendeu a tese de que o governo deve se pronunciar sobre as acusações que estão sendo feitas contra o ministro da Defesa, Elcio Alvares.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Alongamento
7h30 — Jornal do Senado
7h55 — Senado em Pauta
8h — Entrevista — O senador Pedro Simon fala sobre revisão do Imposto de Renda para cargos públicos
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Debate — O senador Antero Paes de Barros e

Rodolfo Pinto da Luz, presidente da Andifes, debatem sobre vagas nas universidades públicas.
9h30 — Comissão Mista para a Erradicação da Pobreza Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos Logo após — Comissão de Educação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Judiciário (ao vivo)
21h — Jornal do Senado
21h25 — Senado em Pauta Logo após — Comissão de Fiscalização e Controle e Comissão de Infra-Estrutura (gravada)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

ACM se solidariza com Elcio Alvares e pede manifestação do governo

Senador contesta denúncias publicadas pela revista *IstoÉ* e aconselha o ex-líder do governo a abrir processos criminal e civil contra diretores da publicação e autores da reportagem

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, manifestou ontem sua solidariedade ao ministro da Defesa, Elcio Alvares, acusado de envolvimento com o crime organizado, em reportagem da revista *IstoÉ*. “Essa revista tem atacado, com frequência, os parlamentares. Eu mesmo já fui vítima”, afirmou.

Antonio Carlos aconselhou o ministro a abrir processos criminal e civil contra os dirigentes da revista e os responsáveis pela reportagem. “Foi isso que fiz. Tenho certeza de falar pela maioria dos senadores ao repudiar as acusações da revista, reafirmando nossa convicção na dignidade e honradez

de Elcio Alvares, na política e em sua vida pessoal”, garantiu.

Para Antonio Carlos, se houvesse alguma verdade nas acusações, elas teriam surgido por ocasião das eleições de 1998, quando o ex-senador disputou o cargo de governador do Espírito Santo. “Esses fatos nunca foram suscitados.”

O senador disse acreditar “que alguém esteja espalhando calúnias sobre o ministro para prejudicá-lo, num momento em que exerce um posto importante, como primeiro ministro da Defesa – e um civil – para liderar as três Forças Armadas. O governo jamais nomearia alguém de reputação dúbia para um cargo tão sensível”.



Antonio Carlos Magalhães disse que cabe ao governo apresentar resposta rápida às denúncias

Ao finalizar seu pronunciamento, ACM disse caber ao governo uma resposta definitiva e rápida sobre as acusações feitas ao ministro. “Se necessá-

rio, a Procuradoria Geral da República poderá promover um exame cabal das evidências apresentadas, para provar sua falsidade.”

Jucá afirma que matéria não tem conteúdo

Em nome de seu partido, o PSDB, o senador Romero Jucá (RR) rebateu ontem acusações de envolvimento no crime organizado, publicadas na revista *IstoÉ*, contra o ministro da Defesa, Elcio Alvares, ex-senador pelo PFL do Espírito Santo. “A matéria não apresenta conteúdo, faz acusações graves, mas frouxas, sem provas”, avaliou.

Segundo Jucá, quem conhece Elcio, como os senadores que conviveram com ele, podem atestar sua honradez e seriedade, sobejamente demonstradas em mais de 40 anos de vida pública. “Não conheço detalhes sobre a polícia ou o crime organizado no Espírito Santo, mas quero fazer um desagravo a Elcio



Romero Jucá recorda 40 anos de vida pública de Elcio

Alvares, pois a matéria é falaciosa, cria fatos e, como evidência das acusações, apenas cita declarações de um delegado de polícia.”

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que presidia a sessão, fez questão de lembrar que Elcio Alvares saiu do Senado cercado do respeito de todos. “Precisamos exigir que a mídia apresente provas irrefutáveis ao publicar acusações sobre figuras públicas. Não podemos aceitar mais essa impunidade de enxovalhar a honra alheia, sem conseqüências para quem acusa.”

Arruda quer esclarecimento à sociedade

“É o momento de nós, que conhecemos a dignidade e a transparência com que Elcio Alvares conduziu sua vida pública, manifestarmos o nosso repúdio a qualquer insinuação ao seu comportamento”, afirmou ontem o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado.

Arruda fazia referência à reportagem publicada nesta semana pela revista *IstoÉ*, segundo a qual a polícia e o serviço de inteligência do governo estariam investigando o envolvimento do ministro da Defesa, Elcio Alvares, com o crime organizado. – É preciso que se faça defesa legítima da imagem e da dignidade de uma pessoa da estatura do ex-senador Elcio Alvares.



José Roberto Arruda propõe que governo investigue o caso

Arruda lembrou que o atual ministro da Defesa, quando senador, era justamente criticado pelo oposito: “pelo seu comportamento ético e respeitoso e pela responsabilidade pública, o que até lhe trazia problemas

personais, tanto que, embora líder do governo no Senado, não foi reeleito senador”.

Para o representante do Distrito Federal no Senado, é adequado que o governo faça as investigações que julgar necessárias de modo a esclarecer

a questão para a sociedade, não podendo ser admitidas manifestações que não sejam devidamente comprovadas. Arruda ressaltou, ainda, que durante toda vida pública de Elcio Alvares – como governador, deputado, senador, ministro da Indústria e Comércio – “nunca foi levantada uma vírgula sequer contra ele”.

– Eu estive no Espírito Santo, quando a Assembléia Legislativa concedeu ao então senador Elcio Alvares o título de Cidadão Honorário, e pude perceber o enorme respeito e a grande admiração da população pela sua trajetória política e pública – lembrou Arruda, ressaltando também o comportamento irretocável de Elcio Alvares como primeiro ministro civil da Defesa.

Jader defende resposta rápida às acusações

“Conheço o ex-senador Elcio Alvares há muitos anos e desconheço qualquer fato que possa macular a carreira do atual ministro da Defesa”, afirmou ontem o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), ao referir-se a reportagem em que a revista *IstoÉ* afirma que a polícia e o serviço de inteligência do governo investigam o envolvimento do ministro com o crime organizado.

O líder do PMDB pediu que o governo não deixe que se escoem as próximas horas sem dar uma resposta efetiva e cabal a esse noticiário. “Acima de tratar da honra e da imagem de um homem público, trata-se da honra e da imagem do país”, observou o senador. Em sua opinião, a sociedade brasileira e a comunidade internacional não podem ficar em dúvida sobre a existência, no Ministério da Defesa, de

alguém que não esteja à altura do cargo.

O senador expressou sua preocupação com o fato de que “o governo não pode e nem deve deixar que um episódio dessa natureza, pela sua gravidade e repercussão interna e externa, fique sem uma imediata apuração”. E se disse preocupado, sobretudo com a imagem e o conceito internacionais do Brasil.

O parlamentar observou que, sem um efetivo esclarecimento, a reportagem poderá ter crédito no exterior, levando a acreditar-se que o Brasil teria à frente de um dos ministérios mais importantes alguém impugnado publicamente como envolvido em ações criminosas. Confor-



Jader Barbalho teme repercussão negativa no exterior

me sua reprodução do noticiário, um delegado de polícia, em depoimento a uma comissão da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, teria entregue um documento envolvendo Elcio como o principal nome de um organograma do crime organizado capixaba.

Jader disse não ter procuração para defender o ministro, até porque ele deve dispor de todo instrumental para defender-se das acusações. “Estou aqui para manifestar publicamente minha preocupação com a hipótese de um assunto desta ordem não merecer por parte do governo resposta dura e imediata de esclarecimento”, afirmou.

Paraná sofre discriminação no Orçamento, diz Álvaro

Observando que o Brasil afronta o princípio da isonomia, principalmente no que concerne ao ensino superior, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) lastimou ontem que o Orçamento da União para o ano 2000 destine apenas R\$ 317 milhões ao ensino universitário no Paraná. Ele lembrou que, enquanto isso, Minas Gerais e Rio de Janeiro receberão, cada um, R\$ 1,1 bilhão, e o Rio Grande do Sul será beneficiado com mais de R\$ 700 milhões.

“Quando da distribuição de recursos federais entre as unidades da Federação, não há equidade. Afronta-se o princípio da isonomia, e o sistema federativo se torna uma fantasia”, afirmou o parlamentar, lamentando que isso ocorra com tanta frequência. Ele disse ter esperança de que, antes da aprovação da lei orçamentária, se reverta esse quadro de injustiça, para que o Paraná não saia prejudicado nessa divisão de verbas.

Segundo Álvaro Dias, diversas entidades de representação da sociedade paranaense se manifestaram contra a cifra destinada ao ensino superior, todas unidas em defesa de uma maior atenção da União para com o estado. Ele também informou que a *Gazeta do Povo*, jornal do Paraná, está realizando uma campanha pelo cumprimento da Constituição, segundo a qual o ensino superior é dever do governo federal.

O senador também informou que o valor total destinado ao Paraná é menor que a cifra destinada a universidades, de forma individual, em diversos estados da Federação. “Lamentavelmente, o Paraná vem sendo prejudicado na distribuição de recursos, tanto pelo que deixa de receber, quanto pelo que se obriga a investir, a fim de manter uma estrutura de ensino superior que possibilite aos paranaenses o mesmo acesso aos conhecimentos universitários fornecidos por outros estados”, afirmou.

Álvaro também declarou que o Estado que não assegura à juventude a oportunidade de graduar-se no ensino superior é um Estado incompetente. Conforme o parlamentar, são inúmeras as entidades de ensino em dificuldade no Paraná.



Álvaro lamenta que Federação tenha se tornado fantasia